

CARTILHA DE CAPACITAÇÃO PARA ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

OABRJ

CAARJ 80
a serviço da advocacia



**OUIDORIA
DA MULHER**





Apresentação

A Ouvidoria da Mulher da OABRJ preparou com muito cuidado e carinho essa cartilha para conscientizar e capacitar ouvidoras e advogadas sobre os riscos e prejuízos das práticas abusivas de violência contra mulheres. Aqui, você encontrará conceitos claros e exemplos de condutas violentas, além de orientações sobre como preveni-las e a quem recorrer. Afinal, é importante que todas as pessoas saibam como agir diante de comportamentos violentos, seja os vivenciando ou os presenciando.

As mulheres que sofrem violência enfrentam obstáculos complexos e exigentes. Oferecer apoio e recursos torna-se fundamental para ajudá-las a superar este momento desafiador. Com a nossa ajuda, essas mulheres poderão avançar em direção a um futuro mais seguro e promissor.

A Ouvidoria da Mulher da OABRJ tem um papel fundamental na prevenção, denúncia e visibilidade das questões que envolvem a violência doméstica e familiar contra a mulher. E é por isso que estamos aqui, lutando por uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres possam exercer plenamente sua cidadania e participação política, sem serem submetidas a relações abusivas e desiguais.

Porque, juntas, podemos transformar o mundo em um lugar melhor para todas as mulheres.

OABRJ

Presidente

Luciano Bandeira

Vice-presidente

Ana Tereza Basilio

Secretário-geral

Álvaro Quintão

Secretária-adjunta

Mônica Alexandre Santos

Tesoureiro

Marcello Oliveira



Presidente

Marisa Chaves Gaudio

Vice-presidente

Luiz Carlos Varanda dos Santos

Secretário-geral

Mauro Pereira dos Santos

Secretária-adjunta

Julia Vera de Carvalho Santos

Tesoureiro

Frederico França Morgado Ferreira Mendes



Ouvidor-geral

Carlos Henrique de Carvalho



Ouvidora da Mulher

Andréa Tinoco

Presidente da OAB Mulher

Flávia Pinto Ribeiro

Av. Mal. Câmara, 150 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20020-080

E-mail: ouvidoria.mulher@oabrj.org.br

Produção técnica

Andréa Tinoco

Andrea Peres

Danielle Motta

Fabiana Marques

Flavia Oliveira

Juliana Ferreira

Paula Sepúlveda

Renata Redoglia

Colaboradoras

Bruna Ribeiro

Flávia Monteiro

Maíra Barros

Rio de Janeiro - 2023

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO E PUBLICAÇÕES DA OABRJ/CAARJ

Presidente da OABRJ:

Luciano Bandeira

Diretor de Comunicação:

Marcus Vinicius Cordeiro

Gerente do Departamento
de Jornalismo e Publicações:

Eduardo Sarmento

Editora:

Clara Passi (MTB 46886/SP)

clara.passi@oabrij.org.br

Projeto gráfico e diagramação:

Victor Marques

victor.marques@oabrij.org.br

Assessoria de Imprensa:

Fernanda Pedrosa

fpedrosa@oabrij.org.br

Departamento de Jornalismo e Publicações

Av. Marechal Câmara, 150 - 7º andar - Castelo

Rio de Janeiro - CEP: 20020-080

Tel: (21) 2730-6525 / 2272-6150

jornalismo@oabrij.org.br

A Ouvidoria da Mulher da OABRJ é o canal **EXCLUSIVO** para atendimento de mulheres que se sintam vítimas de agressões relacionadas ao gênero, a assédio moral, sexual, à discriminação ou a qualquer outra forma de violência. Aqui, nossas profissionais estão prontas para escutar e acolher cada relato com a atenção e o respeito que toda mulher merece. Conte conosco para lutar contra qualquer tipo de violência de gênero.

O que a Ouvidoria da Mulher da OABRJ faz?

- Recebe as denúncias relacionadas à violência contra a mulher;
- Promove uma escuta ativa da vítima e colhe seu depoimento;
- Orienta a denunciante;
- Trata a informação/denúncia recebida com sigilo;
- Encaminha as demandas para os setores ou órgãos competentes para sua solução.

ESCUATA ATIVA E FORMAS DE APOIAR

Compreendemos a relevância de proporcionar um ambiente acolhedor e solidário para as mulheres que buscam ajuda. Por isso, apresentamos técnicas de escuta ativa e sororidade, que podem ser aplicadas durante o atendimento. Além disso, destacamos procedimentos de acolhimento por meio do discurso para auxiliar nas situações difíceis.

O primeiro passo para um atendimento eficiente é a escuta ativa. Ao ouvir atentamente, demonstramos interesse e empatia pela mulher que está buscando ajuda. É necessário prestar atenção em cada palavra, tom de voz e expressão facial da mulher em atendimento. Mostre que está presente para ajudá-la e ouça com atenção.

É fundamental que as mulheres se sintam acolhidas e compreendam que não estão sozinhas. Transmita compreensão a respeito da situação pela qual estão passando e que está ali para ser uma aliada.



Acredite na palavra dela

Não é da sua alçada questionar a veracidade do relato dela.

Se algum tipo de investigação for necessária, é responsabilidade das autoridades competentes conduzi-la.

Infelizmente, é comum que relatos de violência contra mulheres sejam recebidos com descrença. A constante desconfiança na palavra da mulher faz com que ela desista de denunciar e buscar ajuda. Muitas vezes, após uma agressão, as mulheres podem ficar confusas sobre a ordem dos eventos, mas isso não invalida sua denúncia. Esteja atenta aos tipos de violência que ela sofreu, pois isso pode ajudá-la a encontrar o serviço adequado.

Lembre-se: nem todas as formas de violência são visíveis ou deixam marcas no corpo!

Escute sem julgamentos

Para uma mulher que sofre violência, dar o primeiro passo e buscar ajuda pode parecer uma tarefa impossível.

Por isso, é crucial que você escute com empatia e sem julgamentos a história que ela escolher compartilhar. Esteja aberta para entender sua situação e acolher sua dor.

Mas, atenção: pedir que ela repita a história diversas vezes só fará com que ela reviva a violência e se sinta mais abalada. Uma única vez é suficiente. Lembre-se: o apoio e o cuidado que você oferece podem fazer toda a diferença na vida dessa mulher.



Ser vítima de violência é algo extremamente difícil para qualquer mulher. É um momento de fragilidade e medo, onde tudo parece incerto e amedrontador. Por isso, é fundamental que, ao procurar ajuda, a mulher seja acolhida de forma empática e compreensiva. Ouvir sem julgar é um aspecto essencial no apoio à mulher em situação de violência.

Quando uma mulher compartilha sua história de abuso ou violência, é importante criar um espaço seguro e de apoio onde ela se sinta ouvida e valorizada.

Evite culpar ou envergonhar: é importante não culpar ou envergonhar a mulher pelo que aconteceu com ela.

Evite dizer coisas como "por que você não foi embora?" ou "o que você fez para provocá-lo?" Esses tipos de perguntas podem fazer a mulher sentir que é culpa dela e podem desencorajá-la de procurar ajuda no futuro.

Validação dos sentimentos

A ouvidora da Mulher é uma aliada fundamental para validar e acolher os sentimentos da vítima em atendimento. Com empatia e sensibilidade, ela pode dizer frases como: “Sinto muito que você tenha passado por isso”, ou “Entendo como pode ser difícil enfrentar essa situação, mas saiba que estamos aqui para te apoiar”. Essas palavras podem fazer toda a diferença no atendimento, mostrando que a vítima não está sozinha e que há pessoas dispostas a ajudá-la.

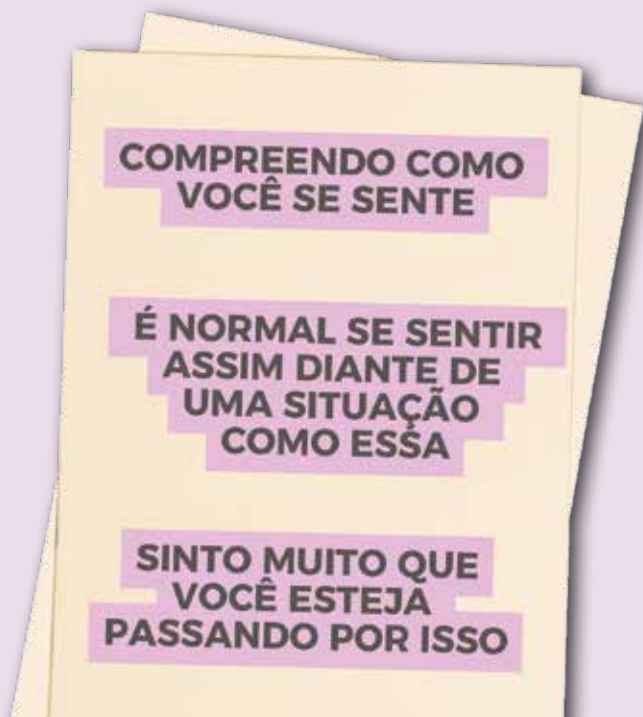
É importante enfatizar a importância de denunciar e fornecer à vítima canais de denúncia. No entanto, é preciso respeitar o tempo de cada uma dentro desse processo.

Durante o atendimento, a ouvidora pode validar os sentimentos de diversas maneiras, mostrando que está atenta e compreende a pessoa que está sendo atendida. É fundamental reconhecer a validade dos sentimentos da vítima e demonstrar que ela não está sozinha nessa luta.

Como mulheres, precisamos nos unir e apoiar umas às outras. A ouvidora da Mulher da OABRJ é uma voz feminina que pode fazer a diferença na vida de muitas mulheres.

Vamos juntas lutar contra a violência e o abuso, oferecendo suporte e acolhimento para quem precisa.





Acolhimento

Em momentos difíceis como esses, nós, mulheres, precisamos de todo o apoio possível daqueles que estão ao nosso redor.

Por isso, é importante perguntar se ela tem alguém em quem confiar e pedir ajuda, ou um lugar seguro para ficar caso precisem sair de casa.

Se a mulher que busca atendimento tiver filhos, é uma boa ideia procurar alguém que possa cuidar deles enquanto busca-se atendimento nos serviços públicos. Se estiver sob ameaça, é crucial pensarmos em um local seguro para ela e seus filhos, lembrando-a de levar documentos importantes, como identidade, certidão de nascimento das crianças e telefones e endereços anotados em papel. E, se estiver ferida, devemos indicar o hospital mais próximo.



Agradeça a confiança e não faça perguntas desnecessárias

Após a vítima relatar a situação de violência, a profissional deve agradecer a confiança que foi depositada nela, uma vez que uma situação íntima e permeada de sentimentos negativos foi compartilhada.

Lembre-se que você, profissional, é uma pessoa desconhecida para a vítima e que ela teve que superar o medo e a vergonha para relatar o que ocorreu.

Na hora de atender uma vítima de violência, é fundamental que a profissional esteja ciente do seu papel. Não se trata de realizar uma investigação sobre o que aconteceu, mas, sim, de acolher e ajudar a vítima a superar a situação.

Por isso, é importante evitar perguntas desnecessárias que possam revitimizá-la. A profissional deve estar atenta ao relato livre da vítima e buscar as informações necessárias durante esse momento. Caso alguma informação importante não tenha sido mencionada, deve-se ser cuidadosa ao questionar a vítima, buscando apenas a obtenção da informação necessária para preencher a ficha.

Lembre-se: o foco é no acolhimento e na ajuda à vítima, sempre com profissionalismo e sensibilidade.

Quando vítimas de violência buscam os serviços da rede, é comum que surjam muitas dúvidas. Algumas pessoas são mais espontâneas e questionam de imediato, enquanto outras precisam de um estímulo para se abrir. É responsabilidade dos profissionais estarem disponíveis para esclarecer todas as dúvidas, e, para isso, é fundamental que estejam preparados e atualizados.

Algumas dúvidas não têm uma resposta clara e objetiva, pois dependem de vários fatores. Nesses casos, a transparência é fundamental. É preciso explicar que não há como se saber a resposta imediatamente, mas que o mais importante é que a profissional está buscando ajuda e apoio para lidar com a situação.

Em resumo, as profissionais devem estar sempre prontas para esclarecer as dúvidas das vítimas de violência, com um tom profissional e acolhedor. A honestidade e a transparência são fundamentais para criar um ambiente de confiança e segurança para as pessoas que buscam ajuda.

Após o relato da vítima, esclarecimento de dúvidas e explicação dos encaminhamentos necessários, o atendimento estará se aproximando do fim. Antes de finalizá-lo, é imprescindível verificar como a vítima se sente. Algumas vítimas relatam se sentirem aliviadas por terem conseguido buscar ajuda, outras estão amedrontadas diante da possibilidade de agressores cumprirem ameaças ou preocupadas com o que irá acontecer (e.g., moradia, filhos, situação financeira, convivência familiar). O atendimento deve ser encerrado somente quando a vítima estiver se sentindo relativamente bem para poder retomar suas tarefas rotineiras.

VERIFIQUE COMO ELA SE SENTE



ESCLAREÇA AS DÚVIDAS



EXPLIQUE OS PROCEDIMENTOS



Caso a realização de algum procedimento seja necessária, a profissional tem o dever de explicar à vítima, de forma detalhada, o que irá acontecer. Além disso, encaminhamentos para outros serviços devem ser explicados. A rede de atendimento às vítimas de violência é composta por diversos serviços que, muitas vezes, não possuem boa comunicação. Ao serem questionados sobre suas percepções da rede de atendimento, vítimas de violência sexual mencionaram que a rede era um “vai pra lá, vem pra cá” e que se sentiam pouco acolhidas nos serviços.

É necessário que a profissional busque saber em quais serviços a vítima já foi atendida e explique quais serão os próximos encaminhamentos e procedimentos. Para tal, a profissional deve ter pleno conhecimento da organização da rede de proteção e de atendimento do seu município. Idealmente, deve haver um fluxograma de encaminhamentos adotados no município. Quando existe esse fluxograma, o mesmo pode ser impresso e compartilhado com a vítima.

Reconhecendo os tipos de violência



SEXUAL

É a ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule o limite da vontade pessoal. Constituem violência as relações sexuais forçadas e outras formas de coerção sexual.



DISCRIMINAÇÃO

Compreende toda distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada em raça, etnia, cor, sexo, gênero, religião, deficiência, opinião política, ascendência nacional, origem social, idade, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, ou qualquer outra que atente contra o reconhecimento ou exercício, em condições de igualdade, dos direitos e liberdades fundamentais.

Reconhecendo os tipos de violência



PSICOLÓGICA

Conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima da mulher ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, ou ainda que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir.



ASSÉDIO MORAL

É a exposição de pessoas a situações humilhantes e constrangedoras no ambiente de trabalho, de forma repetitiva e prolongada, no exercício de suas atividades. É uma conduta que traz danos à dignidade e à integridade do indivíduo, colocando a saúde em risco e prejudicando o ambiente de trabalho. O assédio moral é conceituado por especialistas como toda e qualquer conduta abusiva, manifestando-se por comportamentos, palavras, atos, gestos ou escritos que possam trazer danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física e psíquica de uma pessoa, pondo em perigo o seu emprego ou degradando o ambiente de trabalho.

Reconhecendo os tipos de violência



ASSÉDIO SEXUAL NO TRABALHO

É toda conduta indesejada de natureza sexual que restrinja a liberdade sexual da vítima. O assédio sexual no ambiente de trabalho consiste em constranger colegas por meio de cantadas e insinuações, constantes ou não, com o objetivo de obter vantagens ou favorecimento sexual. Essa atitude pode ser clara ou sutil, falada ou apenas insinuada, escrita ou explicitada em gestos, vir em forma de coação ou, ainda, de chantagem, causando claro constrangimento à vítima e violação à sua liberdade sexual.



POLÍTICA DE GÊNERO

A violência política de gênero se caracteriza como qualquer ação ou omissão, realizada de forma direta ou indireta, que cause dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico, moral, econômico ou simbólico a uma ou várias mulheres, com base no gênero, e que tenha por objeto ou resultado minimizar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos políticos. São exemplos de agressões contra mulheres, no meio político, ameaças, chantagens, xingamentos e desmerecimentos.

Reconhecendo os tipos de violência



PATRIMONIAL

Qualquer conduta que destrua objetos, documentos pessoais e controle os recursos econômicos da vítima. Na maioria das vezes, a intenção do agressor é manter a situação de dependência da vítima.

Quebrar coisas da mulher ou da casa, controlar/esconder o dinheiro da mulher, usar o nome da mulher para fazer compras sem autorização ou danificar/esconder/queimar documentos são exemplos de violência patrimonial.



FÍSICA

Qualquer conduta que coloque em risco ou cause dano à integridade física das mulheres.

Apertar o braço, empurrar, jogar objetos, puxar os cabelos, chutar, bater, espancar, enforcar, cortar, queimar.

Violência política x violência política de gênero

A violência política está presente durante o processo de candidatura das mulheres e foi regulamentada pela Lei 14.192, de 4/8/2021, publicada em 5/8/2021, estabelecendo normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher nos espaços e atividades relacionados ao exercício de seus direitos políticos e de suas funções públicas, ou seja, durante as eleições.

A violência política ocorre quando se realiza uma ação ou ameaça, podendo ser aleatória ou organizada, para intimidar, ferir fisicamente, chantagear ou abusar de um indivíduo inserido no contexto político, na tentativa de atrapalhar, atrasar ou influenciar um processo eleitoral.

A violência política de gênero, por sua vez, é a violência que se apresenta não somente no período eleitoral, mas em qualquer situação em que mecanismos de agressão e repressão sejam utilizados para tentar impedir mais representação feminina nos espaços de poder. É sofrida especialmente por mulheres que estão em algum tipo de posição política. Porém, também engloba aquelas que sofrem violência no percurso de votação, ao realizar campanha para alguma candidata ou candidato ou apenas utilizam sua voz para tentar influir na política. A violência política de gênero tem como objetivo impedir que as mulheres e seus pleitos se façam representar na arena política.

Dessa forma, esse tipo se diferencia dos outros porque tem como alvo, especificamente, uma mulher, ou seja, é uma violência centrada na tentativa de intimidar e impedir a entrada dessa mulher ou a permanência dela na política como forma de perpetuar a noção de que mulheres não pertencem a ambientes de poder.

Aspectos da luta pela igualdade de gênero

A busca pela equidade de gênero é uma batalha que se estende por séculos. Trata-se de um princípio que visa à igualdade plena entre homens e mulheres em todos os âmbitos da vida, seja no âmbito profissional, educacional, político, familiar ou em qualquer outra esfera. O objetivo é assegurar que ambos os gêneros tenham acesso aos mesmos direitos, oportunidades e benefícios, sem qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

Ao longo dos anos, a luta pela igualdade de gênero rendeu importantes conquistas para as mulheres. Direitos como o voto, a participação política, a igualdade salarial, o acesso à educação e o reconhecimento da violência de gênero como crime foram garantidos. No entanto, na prática, o cenário é bem diferente.

No mercado de trabalho, a desigualdade salarial ainda é uma realidade, assim como o assédio sexual e moral, além da pressão exercida por colegas de trabalho do sexo masculino. A presença feminina em cargos de liderança também é limitada, visto que muitas precisam conciliar a rotina profissional com as tarefas domésticas, enfrentando dificuldades para atuar em múltiplas jornadas, que incluem o direito aos estudos e à capacitação.

Apesar das importantes conquistas, a igualdade de gênero ainda é um desafio em muitas partes do mundo. As mulheres enfrentam discriminação, preconceito e violência em diversos contextos, além de terem menor participação na política, no mercado de trabalho e em outras áreas.

É fundamental que continuemos lutando pela igualdade de gênero, promovendo a conscientização e a educação sobre o tema e exigindo ações efetivas dos governos e da sociedade como um todo. Somente assim poderemos avançar na construção de um mundo mais justo e igualitário para todas as pessoas, independentemente do gênero.



O QUE É RELACIONAMENTO ABUSIVO?

Os relacionamentos abusivos são caracterizados por um padrão de comportamento em que um dos parceiros busca exercer poder e controle sobre o outro por meio de várias formas de abuso. O abuso pode ser de natureza física, emocional, psicológica ou sexual e geralmente envolve o uso de manipulação, intimidação e coerção. O impacto do abuso pode ser devastador, causando danos físicos e psicológicos de longo prazo, bem como consequências sociais e econômicas.

A oscilação entre momentos de familiaridade e momentos de irreconhecimento confunde a vítima, que se vê presa em um ciclo vicioso de abuso emocional e perda de liberdade.

O abuso pode assumir muitas formas e nem sempre é fácil identificá-lo. Em alguns casos, o abuso pode ser óbvio, como violência física ou agressão sexual. Em outros casos, o abuso pode ser mais sutil, como manipulação emocional ou psicológica, gaslighting ou isolamento da família e dos amigos. As vítimas de abuso podem se sentir presas no relacionamento, com medo de sair ou falar, e podem se culpar pelo abuso.

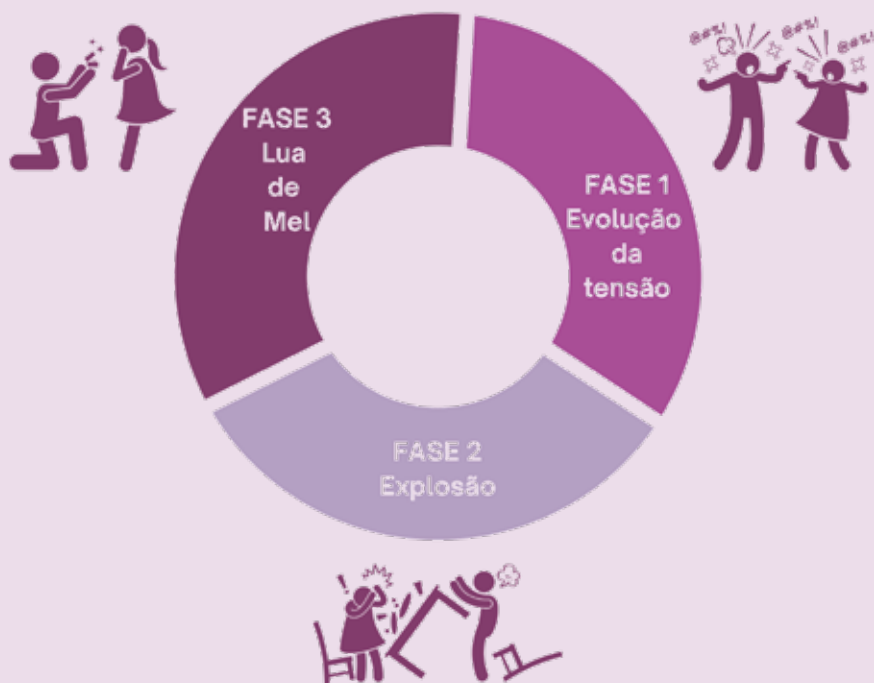
É importante entender que o abuso nunca é culpa da vítima e que existem recursos disponíveis para ajudar as vítimas de abuso a deixar o relacionamento com segurança e a se recuperar do trauma.

SINAIS DE UM RELACIONAMENTO ABUSIVO

- 01 Isola você dos amigos e familiares.
- 02 Evita seu crescimento pessoal, impedindo-a de estudar, procurar emprego e/ou trabalhar.
- 03 Humilha, critica e/ou te coloca para baixo constantemente.
- 04 Controla suas redes sociais, inclusive, sem seu consentimento.
- 05 Culpa você por tudo.
- 06 Liga o tempo todo ou ainda manda mensagens constantes de texto quando você não está.



CICLO DA VIOLÊNCIA



Além da dificuldade de se **enxergar dentro de uma situação de violência**, a mulher muitas vezes acaba envolvida num **ciclo de violência** que a confunde e dificulta sua saída dessa situação. O ciclo de violência tem três fases que se repetem e pode combinar diferentes formas de violência.

FASES DO CICLO

1

Fase da tensão, em que as raivas, insultos, ameaças e xingamentos vão se acumulando.

2

A tensão evolui para a agressão. A mulher pode sofrer várias violências, não só física, mas, também, psicológica, moral e patrimonial, ou a combinação de mais de uma delas. Muitas vezes, quando é alvo de xingamentos, empurrões, chutes ou gritos, a mulher sente vergonha e solidão e a necessidade de se esconder ou negar as agressões.

3

Depois da explosão, é comum que se siga a fase conhecida como “lua de mel”. Nesta fase, há uma mudança de comportamento do agressor: ele fica mais amável, buscando conseguir a reconciliação. Esse comportamento pode levar a mulher a reatar relações com o agressor, na expectativa de que as coisas possam melhorar. Em muitos casos, essa situação contribui para aumentar a dependência emocional que ela tem do agressor.

A importância de falar com homens sobre a violência doméstica

A imagem da violência doméstica e familiar contra mulheres é frequentemente associada a um homem possessivo, seja ele namorado, marido ou ex-companheiro. No entanto, a Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, que trata das relações íntimas de afeto, não limita a violência a esses tipos de relacionamento.

Qualquer mulher, independentemente de idade ou classe social, pode ser vítima de violência doméstica e familiar, mesmo por parte de padrastos, madrastas, sogros, cunhados ou agregados.

A normatização punitiva é apenas uma das medidas previstas na lei. O artigo 35 estabelece que a União, estados e municípios devem criar centros e serviços para realizar atividades reflexivas, educativas e pedagógicas voltadas para os agressores, ou seja, os homens. O objetivo é não apenas responsabilizá-los pelos seus atos, mas, também, desconstruir estereótipos de gênero e conscientizá-los de que a violência contra as mulheres é uma violação epidêmica de direitos humanos.

A conjugação de medidas punitivas, educativas e preventivas é essencial para coibir o problema em várias frentes. É necessário evitar que o agressor volte a cometer violências imediatamente, mas, também, mudar mentalidades para resultados a médio e longo prazo.

O diálogo entre os agressores e os serviços especializados pode ser uma ferramenta poderosa para alcançar esses objetivos.

ATENDIMENTO EXCLUSIVO POR MULHERES E SIGILO DAS INFORMAÇÕES



A Ouvidoria da Mulher da OABRJ garante o máximo sigilo no tratamento das denúncias recebidas e oferece um acolhimento empático e seguro para mulheres em situação de violência, contando com uma equipe de mulheres prontas para ajudar. Nós levamos a sério a proteção e o bem-estar das mulheres e estamos aqui para apoiá-las em todas as etapas do processo.

FATORES QUE DIFICULTAM A SAÍDA DE UMA RELAÇÃO VIOLENTA

DEPENDÊNCIA EMOCIONAL

Não podemos ignorar que o agressor é, na maioria das vezes, o marido, o pai dos filhos e companheiros dessas mulheres. Por isso, pode ser muito difícil se separar e romper com uma relação violenta.

DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

A mulher não tem autonomia financeira: não tem dinheiro, nem casa e nem emprego para viver sozinha ou com seus filhos. Ou seja, depende financeiramente do parceiro. Esse fator impede, por exemplo, que ela possa sair de casa se quiser.

FALTA DE ACESSO A INFORMAÇÃO

Existe muito preconceito contra mulheres que sofrem violência, o que leva à falta de informação. Uma vez que ninguém fala sobre isso, fica mais difícil para elas identificarem a violência. Além disso, elas não sabem onde procurar ajuda e não conhecem os serviços de atendimento.

FALTA DE APOIO DE PESSOAS PRÓXIMAS E BAIXA AUTOESTIMA

O distanciamento da família e amigos faz com que a mulher não se sinta segura para sair dessa situação por falta de apoio, e por ter dificuldade de se ver como uma pessoa que tem valor e merece ser amada.

Muitas vezes, as vítimas têm dificuldade de identificar as formas mais sutis de violência, acreditando que isso está distante de suas realidades. Infelizmente, essa percepção equivocada torna difícil reconhecer que se está em perigo. É comum acreditar que a violência só se manifesta em casos extremos, como aqueles que aparecem nos noticiários com mulheres machucadas ou casos de feminicídio violento.

No entanto, é importante ressaltar que as agressões aparentemente menos graves, especialmente no contexto de violência doméstica, são tão preocupantes quanto a violência física. Elas podem ser o início de um ciclo de violência que pode colocar em risco a vida da mulher.

Por isso, é fundamental compreender que ameaças, humilhações em público, tentativas de controle dos passos e decisões da mulher, bem como comentários maldosos que ferem sua autoestima, também são formas de violência.

Reconhecer essas sutilezas é vital para garantir que as mulheres que vivem em situações de violência, que nem sempre envolvem agressões físicas, sejam recebidas com compaixão e recebam o apoio necessário para se manterem seguras. É fundamental superar o estigma de que a violência só ocorre em casos extremos e reconhecer que ela pode ser insidiosa e encoberta.

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SEUS RECORTES



A violência contra mulher é perpetuada na sociedade afetando mulheres de todas as cores, credos, idades e classes sociais. As mulheres negras, entretanto, foram silenciadas ao longo da história e associadas à escravidão, ao sexo e à pobreza, o que deixa a opressão ainda mais severa. A desigualdade de gênero permeia as relações sociais no Brasil e marca o cotidiano das mulheres, mas esse quadro é agravado por uma variável fundamental para compreendermos os altos índices de violência contra a mulher hoje: o racismo.

A violência de gênero contra mulheres negras é uma questão difusa e complexa que tem sido historicamente ignorada ou negligenciada pela sociedade. As mulheres negras enfrentam formas únicas de violência que são agravadas por seu gênero e raça, o que as torna particularmente vulneráveis a uma série de abusos, incluindo violência sexual, violência doméstica e brutalidade policial. A natureza interseccional dessas formas de violência cria um conjunto específico de desafios para as mulheres negras que buscam apoio e justiça.

Um dos principais fatores que contribuem para a violência de gênero contra mulheres negras é o racismo sistêmico, que perpetua uma cultura de opressão e desumanização em relação aos negros. Essa cultura do racismo levou à normalização da violência contra mulheres negras, tanto dentro quanto fora

de suas comunidades. Como resultado, as mulheres negras são frequentemente culpadas por sua própria vitimização e têm menos probabilidade de receber apoio e justiça quando denunciam o abuso.

As mulheres negras também enfrentam desafios ao acessar serviços de apoio, incluindo a falta de cuidados culturalmente sensíveis e receptivos. Muitos serviços de apoio falham em reconhecer as experiências únicas das mulheres negras, incluindo o impacto do racismo sistêmico e a interseccionalidade da violência de gênero. Isso pode dificultar a busca de ajuda por mulheres negras e exacerbar sentimentos de isolamento e desamparo. Enfrentar esses desafios requer uma abordagem multifacetada que inclua aumentar a conscientização e a compreensão das formas únicas de violência enfrentadas pelas mulheres negras, abordar o racismo sistêmico e o preconceito dentro das instituições e melhorar o acesso a serviços de apoio culturalmente adequados.

MULHERES TRANS

O objetivo deste livreto não é aprofundar definições de gênero. Porém, é importante que as ouvidorias saibam que a Lei Maria da Penha passou a abranger casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transgênero. Portanto, é fundamental que essas mulheres recebam a assistência necessária e encaminhamentos adequados. É fundamental ressaltar que a transgênero mulher, independentemente de ter sido submetida à cirurgia de redesignação ou não, tem direito à proteção prevista na Lei Maria da Penha se o dano sofrido decorrer de sua condição social.

A violência de gênero contra mulheres trans é um problema generalizado que afeta indivíduos em vários contextos com diferentes níveis de gravidade. Na América Latina e no Caribe, 78,8% dos assassinatos de pessoas transgênero e não binárias ocorrem, em grande parte, devido à violência de gênero e à transfobia, que oprimem e marginalizam aqueles que desafiam as normas de gênero. Tragicamente, a expectativa de vida de mulheres trans em todo o mundo é de apenas 35 anos. O medo de retaliação ou estigmatização muitas vezes impede que as mulheres trans denunciem situações violentas, resultando em sofrimento e doenças mentais, como depressão, transtorno de estresse pós-traumático, ideias suicidas e maior exposição a infecções sexualmente transmissíveis. As pessoas trans têm duas vezes mais probabilidade de sofrer agressão ao longo da vida do que os indivíduos cisgênero, com maior probabilidade de eventos traumáticos, principalmente violência sexual e de parceiro íntimo.

A agressão psicológica é a forma de violência mais prevalente contra mulheres trans, seguida pela agressão física e coerção sexual. Fatores como discriminação, preconceito, rejeição e violência física e mental muitas vezes forçam as mulheres trans a deixarem suas casas ainda jovens. É crucial reconhecer a necessidade urgente de abordar a violência de gênero contra mulheres trans, prover apoio adequado e garantir que as instituições representativas do Estado se tornem mais inclusivas para promover sua segurança e bem-estar.

Legislação de proteção

Sentir medo, ser silenciada e ter direitos violados são experiências que unem o público feminino no Brasil. A cada minuto, oito mulheres são agredidas no país. A luta por respeito, igualdade de gênero e justiça é de milhões. Com o passar dos anos, esse grito vem ecoando no Judiciário.

Reunimos aqui algumas leis que representam avanços no direito da mulher e que podem ser úteis no atendimento, sendo a principal a Lei 11.340/06 - Lei Maria da Pena.

LEI 14.540/23

Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.

Lei 14.541/23

Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

Lei 14.542/23

Altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Lei 14.132/21

Inseriu no Código Penal o art. 147-A, denominado "crime de perseguição".

Lei 14.188/21

Incluiu no Código Penal o crime de violência psicológica contra mulher.

Lei 14.192/21

Estabelece regras para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.

Lei 14.245/21

Denominada Lei Mariana Ferrer, prevê punição para atos contra a dignidade de vítimas de violência sexual e das testemunhas do processo durante julgamentos.

Lei 13.931/19

Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher.

Lei 13.882/19

Garante a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio.

Lei 13.772/18

Reconhece que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e criminaliza o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado.

Lei 13.718/18

Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, e torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável.

Lei 13.104/15

Altera o art. 121 do Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei de Crimes Hediondos, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Lei 12.737/12

Lei Carolina Dieckmann altera os artigos 154-A e 154-B do Código Penal, incluindo, pela primeira vez, a tipificação de crimes virtuais e delitos informáticos, como a invasão de dispositivos.

Lei 12.650/12

Estabelece que o prazo de prescrição de abuso sexual de crianças e adolescentes seja contado a partir da data em que a vítima completa dezoito anos. “Lei Joana Maranhão”.

CASOS PROTEGIDOS PELA LEI MARIA DA PENHA

O sujeito passivo da violência doméstica objeto da Lei Maria da Penha é a mulher, já o sujeito ativo pode ser tanto o homem quanto a mulher, desde que fique caracterizado o vínculo de relação doméstica, familiar ou de afetividade, além da convivência, com ou sem coabitação.

Podemos destacar os seguintes exemplos:

- Que envolvem mulheres que prestam serviços domésticos em casa de família**
- Que tenham mulheres transgênero como parte**
- Que digam respeito a violência praticada por parentes (tios, sobrinhos, irmãos...)**
- De avós cujos direitos foram violados pelos netos**
- Que tratam de violência entre mãe e filha**
- Em que o companheiro, marido, noivo ou namorado figuram como agressores**



O QUE SÃO AS MEDIDAS PROTETIVAS

Medidas Protetivas de Urgência são mecanismos legais que visam a proteger a integridade ou a vida de uma menina, adolescente ou mulher em situação de risco.

A Lei Maria da Penha tem dois tipos diferentes de medidas protetivas: aquelas que obrigam o agressor e as que se dirigem às mulheres. Entre as medidas protetivas que obrigam o agressor, estão:

- **Restrição do porte de armas**
- **Proibição ao agressor de se aproximar da mulher e dos filhos**
- **Proibição de frequentar lugares pré-determinados**
- **Afastamento do lar**

É importante lembrar que se o homem não cumprir as medidas protetivas, pode ser preso, já que é crime desobedecê-las.

ALGUMAS MEDIDAS PROTETIVAS ÀS QUAIS A MULHER TEM DIREITO

- **Acompanhamento policial para que possa recolher suas coisas em casa**
- **Encaminhamento com os filhos para abrigos**
- **Garantia de proteção**
- **Afastamento da casa, sem perder seus direitos em relação aos bens do casal**

COMO FAÇO PARA PEDIR UMA MEDIDA DE URGÊNCIA?

Pode ser solicitada nas delegacias, na Defensoria Pública, no Ministério Público, por aplicativo, telefone, e até diretamente ao Juiz.

E QUAL É O PRAZO PARA DECISÃO?

48h. Mas é importante saber que nem todos os municípios têm serviços especializados e que a mulher pode ir a delegacias, promotorias ou defensorias comuns pedir as medidas protetivas.

A MULHER PRECISA DE ADVOGADO? NÃO!

Ela pode se dirigir a serviços especializados e solicitar as medidas sozinha.

A Lei Maria da Penha sofreu grandes alterações com a introdução da Lei 14.550/2023. O depoimento da vítima já é suficiente para decretar as medidas judiciais de proteção, não sendo exigida qualquer outra prova. Além disso, não é mais necessário fazer Boletim de Ocorrência para obter essas medidas, facilitando o acesso da mulher à proteção no momento em que ela mais precisa. Essas mudanças refletem um passo positivo no apoio às mulheres que sofrem violência e garantem que suas vozes sejam ouvidas e sua segurança seja priorizada.

BENEFÍCIOS DA CAARJ PARA A ADVOGADAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Objetivo basilar da entidade, a assistência da Caarj prima pela qualidade na prestação de seus serviços, principalmente no que se refere à provisão de benefícios e programas socioassistenciais voltados para os advogados e advogadas, conforme preconiza o Estatuto da Caarj. Todos os pedidos de benefício deverão ser acompanhados da documentação exigida.

AUXÍLIO PROTEÇÃO À MULHER ADVOGADA

O “Auxílio Proteção à Mulher Advogada” tem a exclusiva finalidade de auxiliar a subsistência das advogadas inscritas no Conselho Seccional do Rio de Janeiro, que estejam em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência da violência doméstica sofrida.

VALOR: 03 (três) parcelas mensais de R\$ 300,00 (trezentos reais);

CARÊNCIA: Seis meses para novo pedido, a contar da data do último pagamento ao beneficiário e um ano para solicitação do mesmo.

ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL



O Atendimento Psicossocial consiste em promover orientação e acolhimento de forma online (ou presencial na Seccional) às advogadas e advogados que estejam precisando de auxílio psicológico.

O atendimento é realizado de forma sigilosa por psicólogos e psicólogas, num o total de até 10 (dez) sessões custeadas pela Caarj.

PROJETO NASCER



O Projeto Nascer é parte do Plano de Valorização da Mulher Advogada que, através do Provimento 165/2015, isenta a advogada da anuidade referente ao ano de nascimento, adoção ou perda (gestação não levada a termo).

O prazo para requisição do auxílio do Projeto Nascer será de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data do nascimento, adoção ou perda gestacional.

PROJETO APRENDER



O Projeto Aprender auxilia advogadas e advogados com filhos (sejam eles biológicos ou adotivos) com idade entre 3 e 18 anos, cursando da Educação Infantil ao Ensino Fundamental ou Médio, na matrícula e compra de material escolar no período de janeiro a março de cada ano.

VALOR - R\$ 600,00 por filho, em parcela única, limitado a dois filhos, respeitando o limite de concessão de benefício estabelecido no parágrafo 3º do Art. 3º, referente a Resolução 001/2022.

PRAZO PARA SOLICITAÇÃO - de janeiro a março de cada ano.

CARÊNCIA: seis meses para novo pedido, a contar da data do último pagamento ao beneficiário.

NO BRASIL TRÊS MULHERES MORREM POR DIA
VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO



É ESSENCIAL CONHECER A REDE DE PROTEÇÃO

Centro Especializados de Atendimento à Mulher

180 - Central de Atendimento à Mulher

Centro Integrado de Atendimento à Mulher Márcia Lyra

(21) 2332-7200/7199

Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa

(21) 3104-9896

Casa da Mulher de Manguinhos

(21) 2334-8913

Centro Especializado de Atendimento à Mulher Chiquinha Gonzaga

Delegacias de Atendimento à Mulher

Deam Cabo Frio - (22) 2648-9029/9072/9378

Deam Campo Grande RJ - (21) 2332-7537/7538/7548/2333-6941

Deam Caxias - (21) 3651-8396/2097/5121/8448

Deam Centro - (21) 2332-9994/9859/9996/9998

Deam Belford Roxo - (21) 3771--1135/1453/1200/1602

Deam Jacarepaguá - (21) 2332-2578/2574/2575

Deam Niterói - (21) 2717-0900

Deam Nova Friburgo - (22) 2533-1694/1852

Deam Nova Iguaçu - (21) 3779--9416/9007/9117/9468

Deam São Gonçalo - (21) 3119-0191/0214

Deam São João do Meriti - (21) 2655-5238

Deam Volta Redonda - (24) 3339-2279/ 3338-9638

Outros telefones úteis

Polícia Militar - 190

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim) - (21) 2334-9513/ 9504

Central de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima de Violência

Doméstica (Cejuvida) - (21) 3133-3894/ 4144

Disque Mulher - (21) 2332-8249

Disque Assembléia Direitos da Mulher (SOS Mulher) - 0800-2820119

Disque Denúncia - (21) 2253-1177

Núcleo Especial de Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem)

- (21) 2332-6370/6371

COMO FAÇO PARA DENUNCIAR?



ouvidoria.mulher@oabrj.org.br



<https://www.oabrj.org.br/contatos>

OABRJ

CAARJ 80 ANOS
a serviço da advocacia



OUVIDORIA

